

Unidade e Diversidade das Ciências

A questão da unidade e/ou diversidade das ciências é suscitada a partir da dicotomia entre ciências do espírito e ciências da Natureza. Contudo, o novo paradigma científico aponta para uma conciliação e aproximação das oposições entre ciências do espírito e ciências da Natureza, embora a solução não possa ser encontrada através de uma única disciplina científica.

Verificamos, contemporaneamente, que aparecem novas áreas de investigação localizadas em zonas de intercepção de ciências anteriormente separadas. É o caso da psicoquímica, da psicossociologia, da bioquímica, da biética, da neuropsicologia, da geografia humana, da antropologia física...

Observamos, ainda, que o progresso de algumas ciências só é conseguido com o recurso a procedimentos metodológicos típicos de outras disciplinas científicas. Por exemplo, a História faz análises químicas para datar certos objectos, a Sociologia recorre à Matemática para fazer o tratamento estatístico de dados que recolhe... Além do mais, actualmente persiste a ideia de que todo o saber é relativo ao Homem que o constrói, evidenciando-se a impossibilidade de desligar o objecto do sujeito, o que atenua as dicotomias subjectivo/objectivo, espírito/matéria, cultura/natureza, enfim, ciências humanas/ciências naturais.

Todos os domínios científicos possuem uma dimensão antropológica, na medida em que estão sujeitos às influências dos contextos sociais, políticos e económicos, bem como às problemáticas de necessidades e interesses daí decorrentes. Concluimos, então, que, embora possamos apontar diferenças específicas relativamente a diversas disciplinas científicas, existe uma unidade do conhecimento científico, uma unidade na diversidade.

O Estatuto da Ciência

A ciência é uma atitude de racionalização perante o mundo. Trata-se de um saber explicativo da realidade, como o senso comum, a filosofia ou a religião, mas com contornos bem distintos dos outros saberes.

Até há bem pouco tempo, e desde a passagem do século XVI para o século XVII, o paradigma positivista regia a concepção de ciência.

Nesta concepção surgiam invariavelmente características como objectividade, neutralidade, factualidade, rigor, sistematização, entre outras. O único modelo válido de saber científico era o das ciências experimentais.

Hoje em dia, a forma de encarar este saber rege-se por um padrão diferente, o que coloca em causa as características apontadas como indispensáveis pelo Positivismo.

Isto também nos indica que a concepção de ciência não é algo de rígido e imutável, mas, como todos os conceitos, vai-se modificando ao longo da História. A este propósito podes consultar a "Teoria das Revoluções Científicas", de Thomas Kuhn.

Isto não quer dizer que a ciência já não é um saber rigoroso ou que perdeu a sua respeitabilidade; cada vez a ciência se torna mais indispensável à vida humana. De facto, o que mudou foi apenas a forma de a encarar!

Continuamos a definir ciência como um saber que estabelece relações entre os fenómenos, que utiliza uma linguagem própria e uma atitude de abstracção que a afasta radicalmente da linguagem do senso comum. Continua a ser um saber que pretende chegar à lei e permitir a previsão.

No entanto, acrescentam-se noções como a reversibilidade, como em outros saberes os conhecimentos científicos não são eternos e inquestionáveis.

O factor humano deixa de ser expulso de qualquer definição de ciência. Isto é, cai o mito da neutralidade científica, que fazia crer que o cientista esquecia as suas crenças, condicionantes culturais, em suma, a sua humanidade, tornando-se totalmente objectivo. Hoje é evidente que a subjectividade não pode ser totalmente posta de lado e, por isso, a objectividade total é impossível; é sempre um sujeito que vai olhar, com os seus "olhos humanos", para o objecto.

Em relação ao método, temos o método científico por excelência, que é o método experimental, mas este não pode ser visto de uma forma simplista. Há uma diversidade de métodos conforme a ciência particular. Pode-se falar do método hipotético-dedutivo, do método clínico, entre outros.

Explicação e Compreensão

É Dilthey quem introduz os conceitos de explicação e compreensão, que se referem, respectivamente, às ciências da Natureza e às ciências do espírito. Este autor posiciona-se contra o positivismo de Comte que pretendia que todas as ciências adoptassem a metodologia das ciências da Natureza (ciência positiva). Para Dilthey há que distinguir ciências da natureza e ciências do espírito, pois entre ambas existem divergências relativamente ao objecto de estudo e ao método. As ciências naturais utilizam o método explicativo, enquanto as ciências do espírito utilizam o compreensivo.

O método compreensivo (compreensão) consiste em estabelecer uma aproximação, uma empatia, um comprometimento, uma analogia de experiências entre o sujeito e o objecto, ou seja, entre o homem (sujeito) e o homem (objecto). Há, então, uma relação homem/homem.

O sujeito aproxima-se do objecto de estudo e, por isso, conhece-o a partir do seu interior. A compreensão implica, assim, uma ligação, tendendo para a subjectividade, pois o que se estuda são estados de consciência, reacções emotivas, desejos... Esta metodologia é também subjectiva na medida em que o investigador se orienta não apenas pelo raciocínio, mas também pela intuição que apela para as vivências e experiências interiores, para o cientista como homem.

O método explicativo (explicação) consiste em estabelecer uma relação entre fenómenos, exigindo distanciamento entre sujeito e objecto. Deve existir, então, uma atitude objectiva e neutra em relação aos fenómenos, que permanecem, relativamente ao sujeito, como algo exterior. Há uma relação Homem/coisa.

A explicação tende, neste sentido, para a objectividade, pois refere-se a objectos exteriores, a realidades materiais que se deixam manipular e controlar. Além disso, procura estipular leis que traduzem a repetitividade ou a regularidade dos fenómenos.